

MAS AINDA HÁ MUITO POR FAZER

Há desenvolvimento nos distritos

De resto, o facto de haver constrangimentos de vária ordem, sobretudo na gestão do Orçamento de Investimento Local (OIL), não anula os ganhos obtidos na implementação das iniciativas viradas para o distrito, como epicentro de desenvolvimento. Nos moldes definidos pelo governo, muitos distritos estão a registar melhorias na sua vida económica e, consequentemente, o nível de vida das populações e das comunidades tende a crescer, principalmente porque o OIL está a criar condições para o surgimento de pequenos empreendimentos económicos a nível das zonas rurais, o que contribui para a geração de emprego e para o aumento da renda das comunidades.

Por outro lado, a descentralização e a desconcentração dos recursos estão a melhorar o desempenho económico dos distritos. A produção e produtividade estão a aumentar gradualmente, numa altura em que zonas específicas, onde se vai desenvolver exclusivamente determinadas culturas, estão sendo identificadas. No distrito de Monapo, por exemplo, há zonas onde se produz o milho, outras em que se produz o gergelim, outras ainda em que se produz a banana, etc. Esta estratégia, acredita o Governo, vai permitir a exploração das potencialidades de cada região.

O que não se entende, no entanto, é o facto de o governo parecer estar a concentrar as suas acções apenas na agricultura, como que a dizer que o desenvolvimento rural cinge-se apenas no aumento de produção agrícola, limitando ou preterindo outras áreas de que o desenvolvimento depende. O Ministro da Planificação e Desenvolvimento (MPD), Aiuba Cuerecena, questionado sobre o porquê desta tendência, nos derradeiros momentos da reunião de Monapo, explicou que fala-se mais da agricultura porque ela é a alavanca do desenvolvimento e é a actividade a que grande parte dos habitantes das zonas rurais se dedica, reconhecendo que o desenvolvimento rural não se resume apenas na agricultura, mas também na comercialização, construção de estradas, ligação entre os mercados, abastecimento de água, saneamento do meio, melhoria das condições de saúde e educação, bem como a interligação entre estes factores e as sinergias que se podem ganhar ao longo deste processo, daí que "a nossa aposta é que o mesmo seja dirigido pelos governos distritais, de modo a enquadrar todos esses elementos na governação distrital com o apoio dos

Apesar de ainda persistirem vários empecilhos que reduzem, de certa forma, os esforços do Governo tentantes a melhorar as condições de vida da população no país há registo de grandes progressos a nível das zonas rurais. Mesmo assim, o Ministério de Planificação e Desenvolvimento, reunido durante três dias na vila de Monapo, província de Nampula, num encontro anual costumeiro defendeu que este sucesso não representa a meta que o Governo pretende atingir, justificando que os distritos precisam de produzir mais do que produzem actualmente, quer em quantidade, quer em qualidade.

Conselhos Consultivos (CC) locais".

Governo diz que a gestão dos sete milhões tem solução à vista

Não há dúvidas de que a estratégia dos sete milhões de meticais alocados aos distritos foi uma decisão governamental acertada às necessidades de desenvolvimento do país. Sendo um processo novo no nosso contexto, esta estratégia está a conhecer enormes problemas que precisam de ser resolvidos com a merecida urgência, mas o certo é que esta iniciativa está a oferecer aos distritos uma dinâmica desenvolvimentista diferente, principalmente por ter permitido a apropriação das actividades desenvolvidas nos distritos, o que permitiu que as pessoas se tornassem elas mesmas, portanto, fazedoras de alguma coisa para mudar o rumo da sua vida.

O principal problema com que esta estratégia se debate e que, diga-se, o governo não quis pensar com a devida seriedade, prende-se com a gestão dos tais sete milhões e com a falta de mecanismos seguros para o seu desembolso. Na verdade, os níveis de desembolso situam-se numa média de 30%, a nível global, percentagem muito ínfima para aquilo que se pretende com esta estratégia. Cuerecena explicou, a propósito, que vários são os factores que concorrem para este baixo nível de desembolso, apontando a fraca capacidade de gestão por parte das associações como um desses factores. Mas também há que tomar em conta os problemas burocráticos que há dentro da administração, sobre como exigir o desembolso do valor de que temos vindo a falar.

Perante este problema, o governo não está a ficar indiferente. Os mais de uma centena de quadros reunidos em Monapo chegaram à conclusão de que deve-se acelerar a regulamentação, no que diz respeito ao uso dos sete milhões alocados aos distritos, responsabilizar os Gabinetes Distritais de Plano e Finanças (FDPF) para que possam assistir, monitorar e apoiar os distritos na gestão desse dinheiro. O governo pretende, igualmente, aumentar as acções de formação dos conselhos consultivos e acelerar a

ALMEIDA OLIVEIRA



As bicicletas continuam indispensáveis

criação do centro de desenvolvimento local que vai englobar o Fundo de Investimento Local (FIL) para que a sua gestão seja transparente.

Em relação à implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), Cuerecena disse notar uma certa melhoria na coordenação das actividades desenvolvidas a nível do distrito. No entanto, a gestão dos sete milhões alocados aos distritos exige mais do que os aspectos arrolados acima, daí que o ministro Cuerecena assoma que até ao final deste mês "vamos submeter às instituições competentes a questão da criação do Fundo de Investimento Local (FIL); criar um contrato-tipo para os projectos financiados pelo Orçamento para o Investimento da Iniciativa Local (OIL); ter equipas técnicas em cada distrito capacitadas para a gestão desses fundos e estabelecer taxas de juro específicas para cada projecto, tendo em conta as especificidades de cada província". Mas a questão central é que os montantes devem ser reembolsados, de modo a garantir que mais pessoas se possam beneficiar deste dinheiro.

Em relação às parcerias entre o MPD e as universidades públicas, a fonte que temos vindo a citar referiu que o governo quer que estas instituições façam estudos não meramente teóricos, mas que se baseiem na realidade moçambicana e que a ela sejam aplicáveis. Na realidade, as instituições

públicas superiores estão preocupadas com o seu envolvimento no processo de definição de políticas de desenvolvimento a nível das zonas rurais e este desejo encontra eco na vontade do Governo em interagir com elas. É por isso que o governo defende que o ensino, a nível da formação técnico-profissional, deve basear-se na realidade de cada local.

Migrações internas e êxodo rural

As projecções da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) indicam que até 2025 a maioria da população moçambicana passará a viver nas cidades. Nesse sentido há indicação de que haverá taxas negativas nas zonas rurais e taxas elevadíssimas nas urbanas, mas isso dependerá dos determinantes do êxodo rural. Esta realidade não significa uma urbanização massiva das zonas rurais, mas que muitas pessoas, principalmente jovens que constituem a maior força de trabalho, abandonarão o campo e passarão a viver nas cidades. Este é o lado negro da nossa história, sabido que o sucesso das estratégias do governo a nível dos distritos depende também da disponibilidade de mão-de-obra.

No entanto, o governo diz que a urbanização não deve ser vista como um fenómeno predominantemente negativo, argumentando que ela deriva de e

trar para a sua gestão.

A questão, como referiu Cuerecena, não é proibir as movimentações internas, mas sim permitir que as pessoas que migram não constituam um défice nas suas zonas de origem. As migrações internas têm a vantagem de criar oportunidades entre as pessoas, através do encontro entre realidades e experiências de vida diferentes.

Cuerecena diz que não há assimetrias regionais

Algumas análises dão conta de que em Moçambique há assimetrias regionais como consequência de acontecimentos naturais e humanos que se foram desenvolvendo ao longo dos tempos. Assim, as diferentes regiões geográficas do país foram crescendo a um ritmo desproporcional. Entretanto, o ministro Cuerecena defende que não há assimetrias regionais, explicando que o que existe são assimetrias num mesmo distrito ou numa mesma província. Sendo assim, "a estratégia do Governo é criar um desenvolvimento integrado, tentando explorar o que se pode fazer melhor em cada um desses pontos. O Governo ao alocar os recursos para os distritos visa essencialmente reduzir as diferenças entre os distritos e estas, de facto, tendem a reduzir".

De forma desproporcional foi também se endurecendo a relação entre o aumento da população e o aumento da produção. Enquanto a utilização agrícola da terra representa cerca de 40% do nível atingido há cerca de três décadas atrás, Moçambique possui actualmente o dobro da população que existia naquele período. A utilização da terra baixou de 12,5% para 5%.

O governo, contudo, acredita que este cenário é reversível, apontando ser necessário o aperfeiçoamento das técnicas usadas na produção agro-industrial.

Em relação à agricultura "creio que a revolução verde e o plano de redução de alimentos poderão ser uma alavanca para aumentarmos a nossa produtividade, melhorando as sementes, ensinando aos agricultores as técnicas melhoradas do tratamento da terra, incluindo o uso de tracção animal, nas zonas em que ela ainda não foi introduzida", afirmou o governante Cuerecena, concluindo que "a questão central é combater a pobreza urbana.

O governo vai dar estímulos ao empresariado para criar pequenas e médias empresas que possam empregar as pessoas para que regressem com segurança às suas zonas de origem, sabido que a pobreza urbana é muito mais violenta que a rural."